

Relatório Anual

2015

A Situação do País em Matéria
de **Álcool**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário Executivo

Segundo os dados do **Global Information System on Alcohol and Health (GISAH)** relativos a alguns indicadores sobre os níveis de consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, em 2010, os indivíduos com 15 + anos bebiam em média 12,9 litros de álcool puro por ano (18,7 l os homens e 7,6 l as mulheres), correspondendo a um consumo diário de 28 g de álcool puro por pessoa. O vinho representava 55% do consumo registado, seguindo-se-lhe a cerveja (31%) e as bebidas espirituosas (11%). De um modo geral, os valores nacionais eram superiores aos da Região Europa OMS. Segundo as projeções, para Portugal é expectável uma descida do consumo de álcool per capita até 2025 (12,5 l em 2015, 11,9 l em 2020 e 11,4 l em 2025).

Em 2015, no **RARHA SEAS - Standardised European Alcohol Survey** -, foram disponibilizadas estimativas harmonizadas entre os 19 países participantes, sobre os níveis de consumo de álcool na população de 18-64 anos. Apesar das estimativas do consumo de álcool a partir dos inquéritos de base populacional serem geralmente inferiores às estatísticas nacionais sobre as vendas de álcool, importa assinalar o posicionamento muito favorável de Portugal no âmbito destas estimativas, com valores dos mais baixos para a maioria dos indicadores.

Nos resultados do **INPG 2012 - III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012** - verificou-se, por comparação a 2007 e 2001, proporções superiores de abstinentes e desistentes na população total (26% e 12% em 2012) e na jovem adulta (28% e 11% em 2012), e proporções inferiores do conjunto de consumidores recentes e correntes (61% em 2012, tanto na população total como na jovem adulta). Entre os consumidores recentes, o consumo diário de alguma bebida alcoólica era de 29%, com 26% dos consumidores a ingerirem diariamente vinho e 5% cerveja.

Tal como nos anos anteriores, em 2012, as prevalências de consumo *binge* foram superiores na população jovem adulta (18% do total e 30% dos consumidores recentes) por comparação à população total (12% do total e 20% dos consumidores recentes). Também as prevalências de embriaguez ligeira e severa foram mais elevadas nos jovens adultos (21% e 11% do total e 29% e 15% dos consumidores recentes) do que na população total (13% e 6% do total e 18% e 8% dos consumidores recentes). O grupo de 15-24 anos apresentou as maiores prevalências de embriaguez ligeira e de embriaguez severa (respetivamente 34% e 19% dos consumidores recentes), constatando-se uma diminuição destas à medida que se avança no ciclo de vida.

Quanto a padrões de consumo abusivo e dependência de álcool, em 2012, cerca de 3,0% da população de 15-64 anos residente em Portugal tinha um consumo de álcool considerado de

risco elevado/nocivo e 0,3% de dependência (AUDIT), sendo as proporções correspondentes nos jovens adultos de 2,1% e 0,4%. Cerca de 4,9% dos consumidores recentes de álcool de 15-64 anos tinham um consumo considerado de risco elevado/nocivo, e 0,5% de dependência, sendo as proporções correspondentes nos consumidores jovens adultos de 3,5% e 0,6%. Os resultados do CAGE, que permitem a comparabilidade com os estudos realizados em 2007 e 2001, apontam para um decréscimo acentuado do consumo abusivo ou dependência entre 2007 e 2012, reforçando a tendência já verificada entre 2001 e 2007.

Em todas as etapas do ciclo de vida, o consumo de álcool, as práticas de consumo nocivo e o uso abusivo e dependência foram mais prevalentes no sexo masculino. A diminuição das prevalências de consumo entre 2007 e 2012 ocorreu em ambos os sexos. A Madeira, os Açores e o Algarve destacaram-se com prevalências de abstinentes acima das médias nacionais, e o Alentejo com as maiores prevalências do conjunto de consumidores recentes e correntes, na população total e na jovem adulta. O padrão nacional de diminuição das prevalências de consumo entre 2007 e 2012 manteve-se em todas as regiões, exceto no Alentejo.

Em 2014, os resultados do **Inquérito Nacional de Saúde, 2014** sobre o consumo de álcool evidenciaram prevalências e frequências do consumo recente não muito distintas às do INPG 2012, apesar das diferenças metodológicas entre os estudos: 70% da população com 15+ anos consumiu bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses, sobretudo com uma frequência diária ou semanal. Ao nível do consumo arriscado/*binge*, os resultados apontaram para valores muito superiores aos do INPG 2012: 33% dos consumidores tomaram alguma vez 6+ bebidas alcoólicas numa única ocasião, com mais de metade a referir que o fez com uma frequência ocasional.

Nos resultados do **RARHA SEAS 2015**, Portugal apresentou as segundas mais altas prevalências de abstinentes de álcool ao longo da vida (16%) e nos últimos 12 meses (28%), correspondendo a uma proporção de 12% de desistentes. É de notar que a proporção de desistentes foi igual à do INPG 2012, embora a de abstinentes ao longo da vida tenha sido inferior (26% no INPG 2012). Os consumos diários/quase diários foram mais prevalentes a nível do vinho (18% dos inquiridos), por comparação às cervejas (9%) e espirituosas (1%).

Quanto a padrões de consumo de nocividade acrescida, Portugal apresentou uma prevalência de 11% para o consumo *binge* e de 10% para a embriaguez nos últimos 12 meses. Estas prevalências foram próximas às do INPG 2012 (12% *binge*, 13% embriaguez ligeira e 6% embriaguez severa), e das mais baixas entre os países europeus, embora, entre os que se embriagaram, a frequência anual de embriaguez fosse elevada.

Em Portugal, 7% dos inquiridos experienciaram nos últimos 12 meses problemas relacionados com o consumo de álcool de acordo com a escala RAPS (média europeia de 19%). As pontuações médias portuguesas do RAPS original e do RAPS alargado (incluindo questões sobre a frequência dos sintomas) foram 0,1 e 0,2 (médias europeias de 0,3 e 0,4). Cerca de 3,5% dos inquiridos em Portugal apresentaram sintomas de abuso e/ou dependência relacionados com o consumo de álcool (CIDI - critérios DSM), sendo de 11% a média dos países em que a escala CIDI foi incluída. Esta prevalência foi próxima à encontrada no INPG 2012 (AUDIT: 3,0% com um consumo de risco elevado/nocivo e 0,3% de dependência).

Portugal apresentou rácios de consumo de álcool entre os sexos dos mais elevados a nível europeu para quase todos os indicadores (as mulheres com consumos muito inferiores), sendo as diferenças entre os grupos etários significativas apenas em alguns indicadores, como por exemplo os relacionados com a experiência de problemas (maiores prevalências nos mais novos).

Em 2015 foi realizado o estudo **Comportamentos Aditivos aos 18 anos: Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional**, cujos resultados sobre as prevalências de consumo de bebidas alcoólicas enquadraram-se, de um modo geral, no padrão de resultados de outros estudos em populações escolares da mesma idade, sendo de assinalar no entanto, um maior consumo diário de álcool mas, uma menor prevalência de embriaguez.

As prevalências de consumo de qualquer bebida alcoólica foram de 88% ao longo da vida, 83% nos últimos 12 meses e de 65% nos últimos 30 dias. Cerca de 9% destes jovens de 18 anos (14% dos consumidores) declarou ter um consumo diário/quase diário de bebidas alcoólicas.

Nos últimos 12 meses, 47%, 63% e 30% dos inquiridos (57%, 76% e 36% dos consumidores) beberam de forma *binge*, até ficarem alegres ou até atingirem um estado de embriaguez severa. Cerca de 19% dos inquiridos (22% dos consumidores recentes) declararam o consumo, numa mesma ocasião, de álcool com pelo menos outra substância psicoativa (lícita ou ilícita).

Os consumos de bebidas alcoólicas, e em particular os de risco acrescido, foram mais expressivos nos rapazes por comparação às raparigas, existindo significativas heterogeneidades regionais a nível destes consumos - com o Alentejo a apresentar valores mais elevados -, que importa continuar a monitorizar para uma maior adequação das intervenções loco-regionais.

Segundo o **Flash Eurobarometer 2014**, a grande maioria dos jovens portugueses de 15-24 anos considerou o consumo regular de álcool como de alto risco (59%) ou de médio risco (36%) para a saúde. A evolução nacional destas perceções entre 2011 e 2014 foi mais favorável que a evolução no conjunto dos jovens europeus, verificando-se em 2014, por parte dos jovens portugueses, uma maior atribuição de risco elevado para a saúde ao consumo de álcool.

Os estudos nacionais realizados em 2014 e 2015 nas populações escolares - o HBSC/OMS em 2014, e o ESPAD e o ECATD-CAD em 2015 - evidenciaram descidas das prevalências de consumo recente de bebidas alcoólicas, assim como de alguns padrões de consumo de risco acrescido, e em particular a embriaguez, a nível da grande maioria dos grupos etários.

No **ECATD-CAD 2015 - Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2015** -, as prevalências de consumo ao longo da vida de uma qualquer bebida alcoólica variaram entre 31% (13 anos) e 91% (18 anos), as de consumo recente entre 20% (13 anos) e 86% (18 anos) e as de consumo atual entre 9% (13 anos) e 67% (18 anos). Entre 2011 e 2015 registou-se uma tendência de diminuição destas prevalências, sendo mais acentuada entre os 13 e os 16 anos. As bebidas mais prevalentes no consumo atual foram as destiladas e as cervejas, predominando as cervejas nos mais novos e as destiladas nos mais velhos.

As prevalências de embriaguez ao longo da vida variaram entre 5% (13 anos) e 53% (18 anos), nos últimos 12 meses entre 3% (13 anos) e 43% (18 anos), e nos últimos 30 dias entre 2% (13 anos) e 22% (18 anos). As do consumo *binge* nos últimos 30 dias variaram entre 3% (13 anos) e 36% (18 anos). Entre 2011 e 2015 verificou-se uma diminuição das prevalências de embriaguez, e muito em particular entre os 13 e os 16 anos, assim como uma ligeira diminuição do consumo *binge* entre os 13 anos e os 16 anos e um ligeiro aumento entre os mais velhos.

De um modo geral, não se constatarem diferenças significativas entre os sexos nas prevalências de consumo recente de álcool, e quanto às práticas de consumo nocivo acrescido,

as diferenças são mais evidentes a nível dos alunos mais velhos (17 e 18 anos), com os rapazes a declararem mais este tipo de práticas.

No **ESPAD 2015 - European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs, 2015** -, 71% dos alunos portugueses de 16 anos já tinham tomado alguma vez bebidas alcoólicas, e 66% e 42% fizeram-no nos últimos 12 meses e últimos 30 dias. Cerca de 22% embriagaram-se nos últimos 12 meses. Nos últimos 30 dias, 20% tiveram consumos *binge* e 9% situações de embriaguez. As prevalências do *binge* foram superiores no sexo masculino, sendo menos relevantes as diferenças entre os sexos nas prevalências de embriaguez.

Pelo segundo quadriénio consecutivo, verificou-se uma tendência de diminuição dos consumos recentes e atuais. Entre 2011 e 2015 registou-se uma diminuição das prevalências de embriaguez assim como de consumo *binge* (mais acentuada no sexo masculino). Tal como em 2007 e 2011, Portugal apresentou, em 2015, prevalências de consumo e práticas de consumo nocivo inferiores às médias europeias, as quais também têm vindo a diminuir.

É de notar, enquanto indicadores de uma das metas do PNRCAD 2013-2020, que 41% dos alunos portugueses de 16 anos tinham iniciado o consumo de bebidas alcoólicas com 13 anos ou menos (51% em 2011), e 5% tinham-se embriagado com 13 anos ou menos (8% em 2011). Estas proporções foram inferiores às médias europeias (respetivamente 47% e 8%).

Quanto às perceções do risco associado ao consumo de álcool (ESPAD 2015), em Portugal, 25% dos alunos de 16 anos considerou ser de grande risco o consumo diário/quase diário de 1 ou 2 bebidas alcoólicas, subindo para os 70% no caso de 4 ou 5 bebidas. Cerca de 46% considerou ser de grande risco tomar 5 ou mais bebidas no fim de semana. Estas proporções foram superiores às registadas em 2011 e 2007 e por comparação às médias europeias de 2015 verificou-se, de um modo geral, uma maior atribuição de grande risco a estes consumos.

Na população reclusa (**INCAMP 2014 - Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014**), as prevalências de consumo de bebidas alcoólicas fora da prisão não eram muito diferentes das da população geral: 64% dos reclusos declararam já ter consumido álcool alguma vez, e 59% nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias antes da reclusão, com as cervejas e os vinhos a apresentarem as maiores prevalências. No entanto, a prática de embriaguez e o *binge* fora da prisão apresentaram prevalências superiores às da população geral: nos últimos 30 dias antes da reclusão, 23% dos reclusos e 39% dos consumidores ficaram embriagados, sendo as prevalências do *binge* de 33% e de 57%.

Quanto aos consumos em contexto de reclusão, como expectável, verifica-se uma redução importante com a entrada na prisão: 18% declarou ter consumido alguma vez na prisão (nesta e/ou anteriores reclusões) e, 12% e 11%, nos últimos 12 meses e últimos 30 dias na atual reclusão. As bebidas alcoólicas com um consumo recente e atual mais prevalente foram as cervejas e as bebidas de "fabrico artesanal" na prisão. 3% dos reclusos (28% dos consumidores) disseram ter ficado embriagados e 4% (34% dos consumidores) praticado *binge* no último mês na prisão.

Cerca de 10% dos reclusos declararam que fora da prisão já tiveram algum episódio de coma alcoólico com a intervenção de um profissional de saúde, sendo residual a ocorrência em contexto de reclusão (0,7% em reclusões anteriores e 0,5% na atual reclusão).

Em 2015 foi realizado pela primeira vez a nível nacional, o **Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos, 2015**. Estes jovens apresentavam, antes do

atual internamento, prevalências de consumo de bebidas alcoólicas, e sobretudo padrões de consumo nocivo, superiores às de outras populações juvenis.

Cerca de 93% dos inquiridos já tinham consumido bebidas alcoólicas e, 82% e 72% fizeram-no nos últimos 12 meses e últimos 30 dias antes do internamento. As bebidas alcoólicas mais prevalentes nos 12 meses antes do internamento foram as espirituosas e a cerveja. É de notar a significativa diminuição destes consumos com o início do internamento (32% e 23% nos últimos 12 meses e últimos 30 dias), e ainda mais quando se restringe ao Centro Educativo (10% e 7%).

Em relação a padrões de consumo de risco acrescido, nos 30 dias antes do internamento, 45% dos jovens tinham tido consumos *binge*, 53% bebido até ficarem alegres e 29% atingido um estado de embriaguez severa. Com o início do internamento constata-se uma redução drástica destas práticas, com 10%, 14% e 5% dos jovens a declararem ter tido consumos *binge*, ou ficado alegres, ou em estado de embriaguez severa, nos últimos 30 dias do internamento. Cerca de 61% dos inquiridos (67% dos consumidores) declararam que habitualmente consumiam, numa mesma ocasião, álcool com pelo menos outra substância psicoativa.

No que respeita a problemas relacionados com o consumo de álcool, em 2015 estiveram em **tratamento** no ambulatório da rede pública 12 498 utentes com problemas relacionados com o uso de álcool. Dos que iniciaram tratamento em 2015, 657 eram readmitidos e 3 704 novos utentes. Constata-se nos últimos anos um acréscimo do número de utentes em tratamento, registando-se em 2015 o número mais elevado de novos utentes e o mais baixo de utentes readmitidos no último quinquénio. Em 2015, nas redes pública e licenciada registaram-se 1 585 internamentos por problemas relacionados com o álcool em Unidades de Alcoologia e Unidades de Desabitação, e 1 208 em Comunidades Terapêuticas, correspondendo a 68% e a 35% do total de internamentos nestas estruturas. Pelo terceiro ano consecutivo que aumentou o número destes internamentos em UA/UD, contrariamente à tendência de descida entre 2009 e 2012. Nas CT persiste a tendência manifestada há já vários anos, de subida do número de internamentos por problemas relacionados com o uso de álcool.

Nestas populações em tratamento, em 2015, as prevalências das **doenças infecciosas** nos vários grupos de utentes (exceto UD licenciadas com um número reduzido de utentes) enquadraram-se no padrão dos últimos anos: VIH+ (1% - 5%), VHC+ (4% - 31%) e AgHBs+ (2% - 4%). Entre os utentes em ambulatório constata-se uma estabilidade das prevalências e das novas infeções de VIH+ e de VHC+ nos últimos cinco anos (ligeira diminuição da de VHC+ em 2015), embora com valores inferiores aos registados em 2010 e 2009.

Em 2015 registaram-se em Portugal Continental 5 487 episódios de **internamentos hospitalares** (altas hospitalares) com diagnóstico principal atribuível ao consumo de álcool, na sua maioria relacionados com doença alcoólica do fígado (66%) – com destaque para a cirrose alcoólica (52%) – e o síndrome de dependência alcoólica (21%). Constata-se nos últimos quatro anos uma diminuição contínua no número destes internamentos, representando o valor de 2015 um decréscimo de -5%, -12% e de -21%, em relação a 2014, 2013 e 2012. No entanto, se se considerar para além do diagnóstico principal também os secundários, o número de internamentos atribuíveis ao álcool é bastante superior (34 512) e tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, embora se verifique em 2014 e 2015, um abrandamento do ritmo de crescimento. Em 2015, os internamentos relacionados com o consumo de álcool representaram, no total de internamentos hospitalares em Portugal Continental, cerca de 0,34% e 2,13%, consoante se considere apenas o diagnóstico principal ou também os secundários.

Segundo o INE, I.P., em 2014 registaram-se em Portugal 2 350 **óbitos** por doenças atribuíveis ao álcool, representando 2,23% do total de óbitos e um ligeiro aumento em relação a 2013 (+2%). A maioria era do sexo masculino (81%). A taxa de mortalidade padronizada para todas as idades foi de 16,2 óbitos por 100 000 habitantes, sendo inferior abaixo dos 65 anos (11,7) e bastante superior nos 65 e mais anos (53,0). Em 2014, o número médio de anos potenciais de vida perdidos por doenças atribuíveis ao álcool foi de 13,5 anos. De um modo geral, em 2013 e 2014 verificaram-se valores inferiores aos registados entre 2009 e 2012.

Quanto à mortalidade atribuída a perturbações mentais e comportamentais devidas ao uso de álcool, em 2014 foram registados 89 óbitos em Portugal, representando 3,8% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. Em relação à mortalidade atribuída a doença alcoólica do fígado, em 2014 registaram-se 711 óbitos em Portugal (424 cirrose hepática alcoólica e 34 hepatite alcoólica), representando 30% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. Apesar do ligeiro acréscimo de óbitos em 2014 nestas duas categorias (+6% e +2%), verificaram-se descidas nos três anos anteriores.

Nos registos específicos do INMLCF, I.P., em 2015, dos 644 óbitos positivos para o álcool e com informação sobre a causa de morte, cerca de 38% foram atribuídos a acidente (incluindo os de viação), 32% a morte natural, 13% a suicídio e 6% a intoxicação alcoólica. Cerca de 51% dos 37 óbitos atribuídos a intoxicação alcoólica apresentaram resultados positivos só para o álcool, e em 35% dos casos foram detetados só álcool e medicamentos, em particular benzodiazepinas. Das 142 vítimas mortais de acidentes de viação que estavam sob a influência do álcool ($TAS \geq 0,5g/l$), cerca de 77% eram condutores, 17% peões e 6% passageiros. 71% destas vítimas tinham uma $TAS \geq 1,2g/l$. Apesar da estabilidade entre 2014 e 2015 no número de vítimas mortais de acidentes de viação sob influência do álcool (+1%) e do aumento de vítimas condutores (+9%), verificou-se nos últimos anos uma tendência de diminuição contínua, designadamente na situação de condutor, um indicador das metas do PNRCAD 2013-2020 (-20% entre 2012 e 2015).

No âmbito da **criminalidade** registada diretamente relacionada com o consumo de álcool, em 2015 registaram-se 22 873 crimes por condução com $TAS \geq 1,2g/l$, representando 46% do total de crimes contra a sociedade e 6% da criminalidade registada em 2015. A tendência de aumento destes crimes verificada entre 2009 e 2012, foi invertida em 2013 e 2014, voltando a aumentar em 2015 (+10% em relação a 2014).

6

A 31/12/2015 estavam em situação de reclusão, 271 indivíduos por crimes de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Apesar da diminuição entre 2014 e 2015 (-11%) no número destes reclusos, verificam-se nos últimos seis anos valores mais elevados por comparação a 2009 (+108% entre 2009 e 2015).

Em 2015 foram registadas pelas Forças de Segurança 26 815 participações de violência doméstica, 42% das quais com sinalizações de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do/a denunciado/a. Esta proporção não tem sofrido oscilações relevantes nos últimos seis anos.

Também os resultados de estudos são ilustrativos da importância da criminalidade relacionada com o consumo de álcool, designadamente a cometida sob o efeito de álcool. No INCAMP, 2014, 28% dos reclusos declararam estar sob o efeito de álcool quando cometeram o/os crime/s que motivaram a reclusão. Entre os crimes cometidos sob o efeito do álcool, destacaram-se o roubo, o furto e as ofensas à integridade física, seguindo-se-lhes os crimes de condução, homicídio e tráfico de drogas, sendo de um modo geral crimes mais violentos e com

penas mais pesadas por comparação aos crimes cometidos sob o efeito de drogas. No Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos, 2015, 42% dos jovens disseram ter estado sob o efeito de álcool em algumas situações em que cometeram crimes que levaram alguma vez à presença em Centro Educativo.

Em relação a **problemas relacionados com o consumo de álcool de outros**, no RARHA SEAS, 2015, Portugal foi um dos países que reportou menores prevalências nos últimos 12 meses de experiência de efeitos negativos devido ao consumo de álcool de terceiros (33%, sendo a média europeia de 55%). 30% foram afetados devido ao consumo de álcool de conhecidos e 21% de desconhecidos. A proporção de homens (36%) com este tipo de experiências foi um pouco superior à de mulheres (31%), com os jovens a reportarem mais (42%) do que os adultos (31% nos de 35-49 anos e 25% nos de 50+ anos). Quanto à experiência durante a infância e/ou adolescência de danos relacionados com o consumo de álcool de outros, cerca de 16% dos portugueses tinham vivido com alguém que tinha um consumo excessivo ou que abusava da bebida (média europeia de 20%) e 7% disseram ter ficado muito afetados com essas experiências.

No **domínio dos mercados**, após a implementação da legislação produzida em 2013 com vista a proteger a saúde dos cidadãos, como a introdução de medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo, e na condução sob o efeito do álcool, em 2015, esta política foi reforçada com o alargamento, a todas as bebidas alcoólicas, da idade mínima legal de 18 anos para a disponibilização, venda e consumo em locais públicos / abertos ao público. Também na regulação se constatou, no ciclo estratégico iniciado em 2013, uma preocupação acrescida em matéria da comunicação comercial de bebidas alcoólicas, com a revisão em 2014 e 2015 de vários de Códigos de Conduta e de Autorregulação sobre esta matéria.

Em 2015, no RARHA SEAS, foram analisadas as **atitudes das populações sobre as políticas** para reduzir os efeitos nocivos do álcool. Tal como no conjunto dos países participantes, a maioria dos portugueses discordou de que o álcool é um produto como qualquer outro e que não necessita de quaisquer restrições (66%). As medidas políticas preferidas eram a educação e a informação (95%), e os testes aleatórios aos condutores (90%). Quanto a outras medidas específicas, o consenso foi mais variável, entre os 82% de concordância com a exibição de avisos sobre os malefícios nas embalagens de bebidas alcoólicas e os 48% de concordância com os preços elevados. Já quanto à responsabilidade de evitar que as pessoas sejam prejudicadas pelo seu consumo de álcool, 82% concordaram que as autoridades públicas têm a responsabilidade de agir e 85% que os adultos são responsáveis para se protegerem de danos causados pelo seu consumo. Cerca de 76% concordaram que devem ser os pais e não as autoridades legais a decidir sobre a idade em que os filhos podem beber. Portugal apresentou proporções próximas entre os três tipos de atitudes identificadas face às políticas do álcool, dominando no entanto, as atitudes "laissez faire" (38%), face às baseadas na educação (31%) e no controlo (29%). E porque o apoio ou resistência a determinadas medidas políticas por parte da população têm impacto nas escolhas políticas, é interessante cruzar estes dados com a informação do projeto AMPHORA, em que no ranking das políticas de controlo do álcool, Portugal encontrava-se posicionado no 2º lugar mais baixo, inserido no conjunto de países considerados com políticas de baixo controlo, na maior parte dos quais também dominaram as atitudes favoráveis a políticas baseadas no "laissez faire".

No âmbito da **fiscalização** relativa à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público, em 2015 foram alvo de fiscalização 15 678 estabelecimentos comerciais (+114% face a 2014), tendo aumentado também o número de infrações detetadas, o que indicia um aumento da eficácia da fiscalização. Foram aplicadas

58 contraordenações relacionadas com a disponibilização ou venda a menores, 18 antes da entrada em vigor do DL n.º 106/2015, de 16 de junho, e 40 após entrada em vigor.

Ao nível dos mercados, para além do já referido sobre os níveis de consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, são de mencionar também alguns dados relativos à **introdução no consumo** de bebidas alcoólicas em Portugal Continental. Em 2015, a cerveja, os produtos intermédios e as bebidas espirituosas representaram 95,1%, 3,4% e 1,6% do volume total de vendas no conjunto dos três segmentos de bebidas, proporções próximas às registadas nos dois anos anteriores. Em 2015 venderam-se cerca de 4,5 milhões de hectolitros de cerveja, valor idêntico ao do ano anterior. Observou-se um aumento pelo segundo ano consecutivo no segmento dos produtos intermédios (+1,5%) e uma diminuição no das bebidas espirituosas (-2,3%), contabilizando-se vendas respetivamente de cerca de 160,7 e de 73,8 mil hectolitros. Os valores registados nos últimos quatro anos são inferiores aos verificados entre 2009 e 2011.

Em 2015, as variações das **taxas do IABA** foram idênticas nos três segmentos de bebidas alcoólicas (+2,9%), continuando a taxa do imposto aplicável ao vinho e a outras bebidas fermentadas, tranquilas e espumantes a ser de € 0,00. As **receitas fiscais** do IABA no conjunto dos três segmentos de bebidas alcoólicas foram de foram de 182,1 milhões de euros em 2015, contribuindo as bebidas espirituosas com 99,1 milhões de euros, a cerveja com 71,5 milhões e os produtos intermédios com 11,5 milhões de euros. O aumento pelo terceiro ano consecutivo do total destas receitas fiscais (+8,5% entre 2012 e 2015) foi devido, sobretudo, ao aumento contínuo das receitas das bebidas espirituosas (+13% entre 2012 e 2015).

